



1 **Ata da Sessão ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional**
2 **Tocantins – triênio 2016/2018**

3
4
5 **Data:** 12 de maio de 2017 – 15h20min

6 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

7 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 01 e 02, Palmas – TO

8
9
10 Aos 12 dias do mês de maio de 2017 às 15h20min reuniram-se no Plenário da Ordem dos Advogados do
11 Brasil – Seccional Tocantins os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2016/2018, onde presentes se
12 achavam: **Diretoria:** Walter Ohofugi Júnior – Presidente, Célio Henrique Magalhães Rocha – Secretário –
13 Geral, Graziela Tavares de Souza Reis – Secretária Geral Adjunta, Luiz Renato de Campos Provenzano –
14 Tesoureiro. **Conselheiros Estaduais:** Adriana Maia de Oliveira, Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro,
15 Anete Diane Riveiros Lima, Antônio César Mello, Carlene Lopes Cirqueira Marinho, Carlos Francisco
16 Xavier, Edwardo Nelson Luís Chaves Franco, Elaine Ayres Barros, Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas,
17 Elisângela Mesquita Sousa, Fábio Wazilewski, Flaviana Magna de Souza Silva Rocha, Francisco José
18 Sousa Borges, Hellen Cristina Peres da Silva, Maria Edilene Monteiro Ramos, Meire Aparecida de Castro
19 Lopes, Patrícia Pereira Barreto, Seilane Parente Nolasco. **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Cláudia
20 Soares Bonfim, Ludimylla Melo Carvalho, Rita de Cássia Vattimo Rocha, Paula Beatriz Teixeira de S.
21 Campos e Maurílio Pinheiro Câmara Filho. **Conselheiros Federais:** Pedro Donizete Biazotto e Nilson
22 Antônio Araújo dos Santos. **Presidentes de Subseções:** Amaranto Teodoro Maia, Albery César de
23 Oliveira, Carlos Alberto Dias Noletto, José Ferreira Teles e José Pinto Quezado. **Ausências justificadas:**
24 Lucélia Maria Sabino Rodrigues, Camila Moreira Portilho, Eunice Ferreira de Sousa Kuhn, Silvany Neves
25 Avelino de Souza e Willian de Borba. Verificado o quórum legal o Presidente declarou aberta a sessão
26 ordinária, inicialmente cumprimentou os aniversariantes do mês de maio Drs. Solano Donato Carnot
27 Damacena 05/05, Rita de Cassia Vattimo Rocha 13/05, Patrícia Perreira Barreto 23/05 e Elfas Cavalcante
28 Lustosa Aragão Elvas 30/05. Foi submetido ao colegiado o **Item 01** da pauta: Aprovação da Ata do mês de
29 abril, foi aprovada por unanimidade, com a ressalva apenas do registro de justificativa de ausência do Dr.
30 Luiz Renato na referida Sessão. Passou-se à apreciação do **Item 05** – Discussão a cerca da transferência
31 da Vara do Trabalho de Guaraí para Palmas. A relatora conselheira Ludymilla Melo explanou acerca da
32 matéria, reportando-se ao requerimento assinado pelo Presidente da Associação dos Advogados
33 Trabalhistas ATAT, que postulou a transferência da Vara do Trabalho de Guaraí para Palmas, sob alegação



1 de grande demanda de processos na capital. Inclusive, informou que o nome do Conselho Seccional da
2 OAB/TO foi vinculado ao requerimento sem que houvesse prévio conhecimento e autorização, tampouco
3 assinatura de representante da Ordem. Enfatizou que fez uma análise prévia dos dados estatísticos de
4 cada vara. Informou que o Tribunal Regional do Trabalho possui discricionariedade para fazer a
5 transferência da vara, mas para adoção da referida medida o Tribunal instaura processo administrativo,
6 inclusive averiguando os dados estatísticos. Informou que o requerimento da ATAT não está subsidiado
7 com nenhum documento e ou dado estatístico, concluindo que dificilmente o mesmo será atendido.
8 Esclareceu que não teve acesso ao processo administrativo que tramita no Tribunal Regional do Trabalho
9 da 10ª Região e, tão somente ao requerimento protocolado pelo Presidente da ATAT, Dr. Márcio Martins.
10 Ao final, recomendou a conversão do pleito em diligência, no sentido de obter, o mais rápido possível, cópia
11 integral do processo administrativo que tramita no Tribunal acerca do pedido de transferência da vara, para
12 realização de um estudo mais aprofundado com retorno da matéria ao plenário. O presidente da Subseção
13 de Guaraí José Teles inicialmente parabenizou a conselheira Ludymilla Melo pelo voto, esclarecendo que a
14 Subseção está sendo questionada não apenas pelos advogados, mas também pelos próprios funcionários
15 da vara que demonstram preocupação. Informou que o processo está tramitando no Tribunal e as medidas
16 a serem adotadas pelo Conselho devem ser enérgicas. O Presidente da Subseção de Pedro Afonso, Carlos
17 Noleto, corroborou o posicionamento de José Teles, requerendo atuação enérgica da Ordem, ante aos
18 prejuízos que eventualmente possam ocorrer caso haja remoção da Vara de Guaraí para Palmas. A
19 conselheira Flaviana também parabenizou a atuação da relatora salientando que a jurisdição da Vara de
20 Guaraí abarca 20 (vinte) municípios e eventual remoção trará gigantescos prejuízos aos jurisdicionados,
21 que terão que se deslocar para Araguaina e ou Palmas. A conselheira Maria Edilene reportou aos dados
22 estatísticos da Vara do Trabalho de Guaraí, ressaltando sua produtividade no julgamento dos processos,
23 conclamando ao Conselho adoção de medidas enérgicas, sob pena de retornar ao Brasil império cuja
24 política era: *“As províncias tinham tudo e as colônias não tinham nada”*. O secretário Geral Célio Henrique
25 teceu considerações demonstrando preocupação quanto a matéria, todavia esclareceu que não é viável
26 atuação da Ordem sem acesso ao processo administrativo que analisa a remoção da vara. A relatora
27 Ludymilla aventou a possibilidade de encaminhar expediente ao Tribunal Regional do Trabalho ,
28 esclarecendo que muito embora o nome do Conselho esteja vinculado ao pleito da ATAT esse não é o
29 posicionamento da Ordem. Célio Henrique sugeriu a possibilidade de encaminhar expediente ao Tribunal
30 requerendo o sobrestamento do processo administrativo até que a Ordem possa manifestar sobre o pedido
31 de remoção, após acesso ao processo, já que a advocacia é essencial à administração da Justiça. O



1 conselheiro Eduardo Franco esclareceu que, até então, a ideia seria a criação de um posto de atendimento
2 em Guaraí e não a remoção da vara. O conselheiro Carlos Xavier sugeriu ao Presidente da OAB/TO que
3 agendasse uma reunião com o Presidente do TRT 10^a Região para tratar sobre o assunto, já expondo toda
4 a problemática. O conselheiro federal Pedro Bizatto teceu considerações sobre a gravidade da vinculação
5 do nome do Conselho Seccional no ofício assinado pela Associação Tocantinenses dos Advogados
6 Trabalhistas. Asseverou que a ATAT não deve ser uma Associação Tocantinense e sim Palmense, já que
7 não representa e/ou possui representantes de todo o Estado. Concluiu sua fala requerendo três
8 providências: I - Pedir sobrestamento do feito junto ao Tribunal Regional até manifestação da Ordem; II -
9 Notificar a ATAT para esclarecer sobre a vinculação do Conselho ao requerimento sem autorização; III -
10 Solicitar cópia do processo administrativo junto ao Tribunal. A conselheira Carlene Lopes ressaltou as
11 dificuldades a serem enfrentadas pelos advogados que residem no interior em caso de remoção da vara. Já
12 a conselheira Adriana Maia sugeriu a busca de dados estatísticos junto ao CNJ, bem como no IBCJUS para
13 subsidiar o estudo e manifestação da Ordem. O Presidente aventou a possibilidade do deslocamento de um
14 membro da Ordem ao TRT 10 para obtenção de cópia do processo. O Secretário Geral Célio Henrique
15 informou que o objetivo da visita e despacho com o Presidente do TRT 10 cinge-se especificamente em
16 esclarecer que o requerimento subscrito pelo Presidente da ATAT não traduz a posição da OAB/TO, visto
17 que o Conselho ainda nada deliberou sobre o tema, e solicitar ao mesmo sobrestamento do feito até análise
18 e manifestação da Ordem. Encerrado o debate, foi acatada unanimemente a manifestação da Conselheira
19 Relatora, convertendo-se o feito em diligência, para obtenção de cópia do processo administrativo perante o
20 TRT-10, e das pertinentes informações estatísticas, restando criada para tal fim Comissão integrada pelos
21 Drs. Ludymilla Melo, Eduardo Franco, Flaviana Magna, Maria Edilene, José Teles, José Pinto Quezado e
22 Carlos Noleto, que irão acompanhar o caso, com adoção de providências. Retornando à sequência da
23 pauta submeteu-se a apreciação o **Item 02** – Julgamento de pedido de reconsideração de indeferimento de
24 instauração de processo ético disciplinar. A relatora Elaine Ayres, ao submeter ao colegiado o assunto,
25 reportou ao Código de Ética e Disciplina, que exige o referendo do Conselho em caso de indeferimento
26 preliminar de representação ética disciplinar. Em seguida a conselheira fez leitura do parecer pelo
27 indeferimento preliminar de uma representação ética disciplinar ante a falta de elementos necessários para
28 a instauração do processo ético, não tendo naquela ocasião nominado as partes envolvidas no processo a
29 fim de resguardar o sigilo. Após leitura do voto, o submeteu à votação do Conselho, ao que foi aprovado por
30 unanimidade pelo colegiado, ante a falta de pressupostos elementares para a instauração do processo
31 ético. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 03**: Proposta de resolução em relação a



1 isenção de cobrança de taxa, mensalidades e materiais didáticos relativos aos cursos, palestras, oficinas,
2 workshop, congressos realizados pela OAB/TO aos advogados e advogadas dativos com atuação nos
3 processos administrativos. A relatora conselheira Elaine Ayres propôs a aprovação de uma resolução no
4 sentido de isentar os advogados nomeados como dativos para atuarem nos processos que tramitam no
5 Tribunal de Ética e Disciplina das inscrições nos cursos da ESA – Escola Superior da Advocacia a fim de
6 incentivar os profissionais na atuação dativa voluntária. A resolução prevê a composição de 10 (dez)
7 advogados dativos. Colocada em votação, a Resolução foi aprovada por unanimidade, nos termos do voto
8 da relatora. O Presidente da OAB/TO informou que o Conselho Federal requereu dados estatísticos acerca
9 dos julgamentos dos processos éticos no TED/TO. O secretário Célio Henrique explanou sobre o projeto de
10 digitalização de todos os processos na Ordem o que facilitará os trabalhos dos conselheiros no julgamento
11 dos processos evitando dessa forma, a incidência da prescrição. Passou-se a apreciação do **Item 08** –
12 Votação do novo Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/TO. A Diretoria apresentou o nome
13 do conselheiro Fábio Wazilewski para assumir a Presidência do TED. Na oportunidade foi aberta a palavra
14 ao conselheiro que se apresentou, informando que caso seja eleito dará continuidade ao trabalho
15 desenvolvido pela atual presidente. A conselheira Elaine Ayres esclareceu a inviabilidade dos conselheiros
16 que residem no interior de ocupar o cargo ante a necessidade de acompanhar os trabalhos da secretaria. O
17 conselheiro Carlos Xavier manifestou satisfação na indicação do conselheiro Fábio, ante seu preparo para
18 assumir o cargo. Colocada em votação a indicação de Fábio Wazilewski para assumir o cargo de
19 Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/TO, foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo a
20 pauta passou-se a apreciação o **Item 06** – Discussão e deliberação sobre a propositura de ADI em face da
21 legislação que reconhece a vaquejada como atividade esportiva. O relator conselheiro Antônio César
22 solicitou a retirada de pauta justificando falta de tempo hábil pela Comissão dos Animais para apresentação
23 detalhada do assunto. Compareceram na sessão os Representantes da Urban Incorporações que fizeram
24 uma breve explanação de imóveis pertencente à incorporadora convidando os presentes para conhecerem
25 as instalações das salas comerciais disponíveis à venda. Passou-se a apreciação do **Item 07** – Discussão
26 acerca da revisão da nova Tabela de Honorários Advocáticos. A relatora conselheira Meire Aparecida
27 convidou o Presidente da Comissão revisora da tabela Ricardo Estrela para juntos explanarem sobre os
28 trabalhos desenvolvidos pela Comissão. Ricardo Estrela esclareceu a dinâmica dos trabalhos
29 desenvolvidos pela Comissão, que inicialmente encaminhou ofícios a todas os Presidentes de Comissões
30 que compõe a OAB/TO, solicitando aos mesmos apresentação de propostas. Após o recebimento de todas
31 as propostas encaminhadas pelas Comissões, foram realizadas as audiências públicas tanto na capital



1 quanto nas Subseções. Informou que a população do Estado do Tocantins possui um poder aquisitivo muito
2 baixo, com uma gama de pessoas carentes em todos os aspectos, todavia tentaram elaborar a tabela da
3 forma mais democrática possível, ouvindo todos os colegas e realidade econômica, estabelecendo os
4 valores considerados mínimos, já que o Código de Ética e Disciplina regulamento o máximo e permitido a
5 ser cobrado pelo advogado. Ato contínuo, a relatora conselheira Meire Aparecida expôs o relatório de forma
6 minuciosa, apresentando os critérios utilizados para a fixação dos valores. Justificou que a proposta da
7 Comissão do Jovem Advogado de estabelecer o piso ético foi submetido ao Conselheiro Federal Adilar
8 Daltoé, para a realização de um estudo, e, por tais razões, o piso ético não foi colocado à apreciação
9 naquele momento. Explanados os aspectos e mecanismos para elaboração da tabela, devolveu a palavra
10 ao Presidente Walter, que estabeleceu os critérios para a votação ficando estabelecido que o conselheiro
11 deverá apresentar divergência de itens específicos. A conselheira Adriana Maia levantou uma questão de
12 ordem solicitando que seria prudente o encaminhamento da tabela com antecedência, por e-mail, para que
13 cada conselheiro pudesse analisar com cautela, ponto a ponto, não sendo crível votar a matéria sem uma
14 análise prévia. Entendeu totalmente imprudente apreciação e votação da matéria naquele momento. A
15 conselheira Seilane Nolasco solicitou vistas, esclarecendo que somente em 11/05/17 foi encaminhado em
16 seu e-mail a nova tabela de honorários, inclusive no respectivo e-mail justificou que o não encaminhamento
17 se deu em decorrência do atraso da Comissão na entrega do material. A relatora Meire Aparecida informou
18 que protocolou no gabinete da presidência a proposta de alteração da nova tabela em 11/04/17. O
19 Secretário Geral esclareceu que a indisponibilidade do material aos conselheiros não se deu por parte da
20 Comissão e tão somente da Diretoria. A representante da Comissão do Jovem Advogado Isabela Costa
21 ressaltou que as solicitações da Comissão do Jovem, inclusive o piso ético, foram suprimidas da proposta e
22 retirados de pauta sem prévia comunicação e justificativa. O presidente Walter justificou à Comissão os
23 motivos da retirada de pauta da proposta do piso ético. O secretário Célio Henrique informou que a
24 Comissão criada com o propósito de apresentar proposta de alteração da tabela de honorários está apenas
25 apresentando o resultado do trabalho por ela desenvolvido, sendo que a proposta apresentada pela
26 Comissão do Jovem Advogado também será analisada. A conselheira Elaine Ayres também apresentou a
27 proposta dos honorários da advocacia municipalista elaborada pelos advogados da respectiva Comissão. O
28 conselheiro Fábio Wazilewski sugeriu a nomeação de funcionários para o recebimento de todas as
29 propostas e encaminhamento aos conselheiros para prévia análise com posterior votação. A conselheira
30 Adriana Maia corroborou o posicionamento do conselheiro Fábio no sentido de receber todas as propostas,
31 e disponibilizá-las via e-mail com a fixação de cronograma. A conselheira Paula Beatriz enfatizou a



1 necessidade de efetiva participação dos conselheiros na realização dos eventos realizados pela Ordem
2 salientando que nas audiências públicas realizadas pela Comissão para discutir os valores na elaboração
3 da tabela houve pouca participação dos membros da OAB/TO. A conselheira Elaine Ayres solicitou que a
4 tabela fosse encaminhada ao Tribunal de Ética e Disciplina para análise sob o prisma ético. O Presidente
5 da Comissão de Direito Previdenciário Álvaro Matos esclareceu os parâmetros utilizados pelos advogados
6 previdenciários na cobrança dos honorários, reportando aos problemas enfrentados pelos advogados
7 previdenciários, sendo que alguns deles figuraram como réus em ações propostas pelo Ministério Público. A
8 conselheira Adriana Maia enfatizou a necessidade de encaminhamento de todas as informações via e-mail
9 e com antecedência, não podendo serem utilizadas apenas as redes sociais. O secretário Célio Henrique
10 esclareceu que a pauta não é encaminhada com mais antecedência ante o natural surgimento de
11 demandas às vésperas da Sessão. Foi aberta vista coletiva aos conselheiros da proposta de alteração da
12 tabela de honorários ficando estabelecido que o prazo para encaminhamento de sugestões de alteração da
13 proposta será até dia **30 de maio do corrente ano**. As sugestões deverão ser encaminhadas ao e-mail:
14 presidencia@oabto.org.br, ficando a secretária do Presidente Rosymare responsável pela compilação de
15 todas as sugestões. Ato contínuo, a secretária adjunta Graziela Reis explanou sobre a reunião realizada
16 para tratar da Conferência Estadual dos Advogados informando que solicitou às Comissões sugestões e
17 propostas para a definição do eixo temático da Conferência. Prossequindo a pauta passou-se a apreciação
18 do **Item 04 – Apresentação e deliberação dos balancetes de dezembro de 2016, balancetes dos meses**
19 **de janeiro, fevereiro, março de 2017 e prestação de contas do exercício de 2016 da OAB/TO e**
20 **CAATO**. Inicialmente foram apresentados os balanços da Caixa de Assistência dos Advogados. O
21 Tesoureiro da Caixa André Zaratín, utilizando o equipamento data show, apresentou o balancete aos
22 conselheiros copilando os dados em planilhas e traçando comparativo entre os valores orçados e os valores
23 efetivamente gastos. Durante a apresentação das despesas os conselheiros foram questionando alguns
24 pontos ao Tesoureiro que prontamente esclareceu. A Conselheira Ludymilla indagou acerca dos gastos
25 com o deslocamento dos atletas para os Jogos dos Advogados em Natal – RN. O tesoureiro esclareceu que
26 locaram um ônibus para levar 44 (quarenta e quatro) atletas, todavia foram apenas 12 (doze) atletas para
27 participarem dos jogos, os demais desistiram de participar do campeonato de última hora. Na sequência o
28 Gerente Administrativo e Financeiro da OAB Adail Saldanha, juntamente com o Diretor Tesoureiro Luiz
29 Renato, apresentaram o balancete de 2016 através de planilhas e gráficos comparativos. O gerente
30 administrativo financeiro reportou-se aos aportes realizados pelo CFOAB à OAB/TO durante a gestão
31 2013/2015 e, em seguida, apresentou comparativo do recebimento das anuidades dos exercícios de 2013



1 a 2017, restando demonstrado através dos gráficos o crescimento no recebimento de receita de anuidades.
2 Ato contínuo passou a explanar sobre as despesas também utilizando a metodologia comparativa a partir
3 de 2013 a 2017. O Presidente entrevistado esclarecendo que essa gestão subsidiou a participação dos Membros
4 das Comissões em eventos investindo na representatividade, exemplificando a Comissão de Prerrogativas.
5 O Diretor Tesoureiro Luiz Renato ressaltou os valores economizados e os investimentos da gestão na
6 participação dos Membros da Ordem em eventos nacionais. O gerente administrativo retomou sua fala
7 esclarecendo que o sistema financeiro da OAB/TO não cobrava a correção monetária dos débitos
8 decorrentes de anuidades, o que foi implantado nessa gestão, além da atualização dos índices de cobrança
9 de mora e multa. Com relação a alienação dos imóveis decorrente de negociações realizadas na gestão
10 2013/2015, informou que foi criada uma Comissão que está realizando um estudo com auxílio do Conselho
11 Federal, que está a par de todo o cenário. No tocante às duas ações trabalhistas que tramitam em face da
12 OAB/TO esclareceu que as mesmas estão em fase de instrução, o que inviabiliza a apresentação de
13 eventual impacto financeiro, mas a expectativa do Jurídico é positiva, ante a documentação e contexto
14 probatório. Explanou sobre os investimentos realizados pela atual gestão, o que passo a elencar alguns:
15 aquisição de computadores para Subseções, aquisição de terreno para construção da Subseção de
16 Dianópolis, aquisição de elevador para o prédio da Subseção de Gurupi, projetos de construção/reforma
17 das Subseções de Dianópolis, Tocantinópolis, Araguaínas, bem como reforma da Casa do Advogado em
18 Colinas do Tocantins e adequação do projeto de acessibilidade na Seccional. A conselheira Adriana Maia
19 questionou a instalação do elevador panorâmico no prédio da Subseção de Gurupi. esclarecendo que o
20 prédio possui apenas um piso entendendo impertinente a instalação do elevador panorâmico ante ao
21 custo/benefício. O Diretor Tesoureiro Luiz Renato esclareceu que houve um estudo de viabilidade para a
22 instalação do elevador, cuja finalidade é garantir a acessibilidade. A instalação na parte externa será mais
23 viável economicamente, já que a instalação na parte interna iria comprometer a estrutura física do imóvel/ O
24 Gerente Administrativo Adail Saldanha retomou sua fala, prosseguindo com a apresentação dos dados
25 através de gráficos. Por fim esclareceu que todo o orçamento foi submetido a Comissão de Orçamentos
26 que após estudo e análise dos dados emitiu parecer com sugestões para alterações que serão acatadas. A
27 conselheira Helen Cristina solicitou ao Gerente Administrativo o encaminhamento dos projetos de previsão
28 de gastos com as reformas, evitando eventuais surpresas, declarando que não tinha conhecimento da
29 instalação do elevador no prédio da Subseção de Gurupi. O Presidente Walter esclareceu que a gestão não
30 pode ficar engessada aguardando prévia aprovação do Conselho para a execução de obras, todavia a
31 Diretoria é receptiva no acolhimento de sugestões. A conselheira Helen Cristina informou que não se trata



1 de engessamento e tão somente dar conhecimento das obras a serem executadas. O Presidente da
2 Comissão de Orçamento conselheiro Maurílio Câmara fez leitura do parecer com as respectivas orientações
3 dentre elas: I - Realização de inventário do patrimônio da Ordem; II - Realização de estudo da viabilidade do
4 Clube. Ao final recomendou a aprovação do orçamento, conclamando maior participação dos conselheiros.
5 Colocados em votação os orçamentos e balancetes da OAB/TO e CAATO foram todos aprovados por
6 unanimidade, nos termos do parecer apresentado pela Comissão de Orçamentos. Em seguida passou-se
7 ao julgamento do registro das sociedades, todos sob relatoria do conselheiro Francisco José. **Item 10** -
8 Apresentação, discussão e votação de Registro de Sociedade Individual sob a demoninação JEOCARLOS
9 DOS SANTOS GUIMARÃES – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Francisco José fez
10 leitura do parecer pugnando pela aprovação do registro. Colocada em votação foi aprovada por
11 unanimidade nos moldes do parecer. **Item 11** – Apresentação, discussão e votação do Registro de
12 Sociedade Individual FERNANDO MOREIRA CAVALCANTE MILHOMENS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
13 ADVOCACIA. O relator Francisco José fez leitura do parecer recomendando a aprovação. Colocada em
14 votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. **Item 12** – Apresentação, discussão e
15 votação do Registro de Sociedade Individual sob denominação GILBERTO TOMAZ – SOCIEDADE
16 INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator fez leitura do parecer pugnando pela aprovação do registro.
17 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. **Item 13** – Apresentação,
18 discussão e votação do Registro de Sociedade Individual sob denominação MARCELO DAMASCENO –
19 SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. O relator Francisco José fez leitura do parecer pugnando pela
20 aprovação do registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do
21 parecer. **Item 14** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade sob a denominação
22 NEVES & FERREIRA ADVOCACIA. O relator Francisco José fez leitura do parecer recomendando a
23 aprovação do registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. **Item 15**
24 – Apresentação, discussão e votação do Registro de Sociedade sob a denominação QUINTINO & SILVA
25 ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator Francisco José fez leitura do parecer pugnando pela aprovação do
26 registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. **Item 16** –
27 Apresentação, discussão e votação de Alteração de Registro de Sociedade sob denominação BUENO &
28 BUENO ADVOCACIA. O relator fez leitura do parecer recomendando a aprovação. Colocada em votação
29 foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. **Item 17** – Apresentação, discussão e votação de
30 Alteração de Registro de Sociedade sob denominação MARQUES ADVOGADOS S/S. O relator Francisco
31 José fez leitura do parecer pugnando pala aprovação da alteração. Colocada em votação foi aprovada por



1 unanimidade nos moldes do parecer. **Item 18** – Apresentação, discussão e votação de Alteração do
2 Registro de Sociedade sob denominação MIGANI & WORM ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator
3 Francisco José fez leitura do parecer pugnando pela aprovação do alteração do registro. Colocada em
4 votação foi aprovada por unanimidade nos termos do parecer. **Item 19** – Apresentação, discussão e votação
5 de Alteração do Registro de Sociedade denominado FARIAS & FARENCENA – SOCIEDADE DE
6 ADVOGADOS. O relator Francisco José fez leitura do parecer pugnando pela aprovação da alteração.
7 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. **Item 20** – Apresentação,
8 discussão e votação de Alteração do Registro de Sociedade sob denominação AMORIM & ROCHA
9 ADVOCACIA. O relator Francisco José fez leitura do parecer pugnando pela aprovação da alteração.
10 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos termos do parecer. **Item 21** – Apresentação,
11 discussão e votação da Alteração de Registro da Sociedade sob a denominação OHOFUGI, AVEZEDO,
12 VENÂNCIO, BONILHA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S. O relator Francisco José fez leitura do parecer
13 recomendando a aprovação da alteração do registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade
14 nos moldes do parecer. Prosseguindo a pauta **Item 09** - Sorteio de 15 (quinze) advogados que obterão
15 isenção nas inscrições para participarem da Conferência Nacional dos Advogados em São Paulo. Foram
16 sorteados os respectivos advogados: **ALESSANDRO ROGES PEREIRA OAB/TO 2326, ARISTEU DE**
17 **FRANÇA REIS OAB/TO 7166, DAYANE PORTELA RADTKE OAB/TO 7624, JORISTE COELHO**
18 **SANTOS OAB/TO 8095, JÚLIO CESAR EVANGELISTA RODRIGUES OAB/TO 3964, AMANDA CECILIA**
19 **GONÇALVES VALENTE OAB/TO 7578, GENILSON HUGO POSSOLINE OAB/TO 1781, MAURO JOSÉ**
20 **RIBAS OAB/TO 753, VANESSA RIBEIRO DE SOUSA SANTOS OAB/TO 5188, LETYCIA LIRA LEO**
21 **OAB/TO 7318, MAXIMILIANO NAGI GARCEZ OAB/TO 6009, ANDREY FELIPE COSTA SILVA OAB/TO**
22 **6359, VANESSA CAMARGO RABUSKE OAB/TO 7290, ANTTONYONE CANEDO COSTA RODRIGUES**
23 **OAB/TO 4350, ADAIR RIBEIRO DOS SANTOS OAB/TO 7908** que ganharam as inscrições da
24 **Conferência**. Foram sorteados entre os conselheiros 04 (quatro) pacotes completos para participação na
25 Conferência Nacional dos Advogados, os sorteados foram: **WILIAM DE BORBA, ELAINE AYRES**
26 **BARROS, MAURÍLIO PINHEIRO CÂMARA FILHO e PRISCILA COSTA MARTINS**. Esgotada a pauta, o
27 Presidente declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo, eu Eliana Ribeiro Correia, secretária *ad hoc*
28 dou por encerrada a presente ata findando os trabalhos às 19h41min.

29
30
31
32

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário – Geral

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta

Luiz Renato de Campos Provenzano
Tesoureiro